

tempomedicina.com | Edição Semanal | 1º Caderno | 0712641C04107ABV44G - Microsoft Internet Explorer


Ficheiro Editar Ver Favoritos Ferramentas Ajuda

Retroceder Procurar Favoritos Ir para Hiperligações


Endereço http://www.tempomedicina.com/EdiSem/Noticia.aspx?ID\_Noticia=18130

IMPREDICA TEMPOMEDICINAONLINE número 1264  
5 Novembro 2007  
Director: Dr. José M. Antunes

1ª PÁGINA EDIÇÃO IMPRESSA REUNIÕES E CONGRESSOS ARQUIVOTM IMPREDICA REGISTO



Augusto Faustino assegura que a SPR está a preparar uma «tomada de posição pública» como reacção de Pedro Nunes



Pedro Nunes

**Reumatologistas descontentes com declarações de bastonário**  
**Pedro Nunes defende prescrição alargada de biológicos**

Os reumatologistas estão surpreendidos com as recentes declarações do bastonário da Ordem dos Médicos sobre a dispensa de medicamentos biológicos. Para Pedro Nunes, a prescrição «não pode ser privilégio de um médico ou especialidade», o que apenas beneficiaria «os interesses económicos de alguns médicos».

Foi com «surpresa, descontentamento e algum desgosto» que a Sociedade Portuguesa de Reumatologia (SPR) acolheu as afirmações do bastonário da Ordem dos Médicos a propósito da prescrição dos medicamentos biológicos a doentes reumáticos crónicos. Em reacção às críticas dos reumatologistas, que discordam de que qualquer especialista possa prescrever aquelas terapêuticas (ver «TM» de 29/10), Pedro Nunes defendeu, na TSF, que «a receita de qualquer medicamento não pode ser privilégio de um médico ou especialidade». «Não concordo e não concorda a Ordem dos Médicos com tal postura», afirmou o bastonário, no passado dia 29 de Outubro, na rubrica «Na ordem do dia», que vai para o ar de segunda a sexta-feira naquela estação de rádio.

Para o dirigente, o acto de prescrever deve «estar unicamente condicionado pela necessidade de cada doente concreto», já que defender o contrário «poderia ser simples e até benéfico para os interesses económicos de alguns médicos». «É que isto da Medicina e dos medicamentos não é meramente uma parte do jogo económico global», alegou ainda, argumentando que «na saúde e na doença está em causa uma multiplicidade de valores em que a economia, se bem que importante, ocupa apenas uma pequeníssima parte». «Medidas cosméticas e inúteis».

Pedro Nunes considerou «ilóico» que o Estado tome «um conjunto de medidas de prudência», nomeadamente a produção de «regulamentação adequada», mas recusou liminarmente «a tomada de medidas cosméticas e inúteis nas suas consequências e meramente cerceadoras de direitos e condicionadoras de mercados». Com efeito, para o bastonário, seria inaceitável que «se impedissem alguns médicos, por exemplo especialistas de Medicina Interna, Medicina Geral e Familiar ou Dermatologia, de receitar qualquer fármaco a um qualquer doente que dele efectivamente necessitasse». Seria, «em contrapartida, seguramente um erro e uma injustiça para os doentes que vissem coarctado o seu direito de ser tratados pelo médico em quem confiassem ou a cujo acesso tivessem maior facilidade», sustentou.

Desagrado com as afirmações, o presidente da SPR, Augusto Faustino, acredita que o representante máximo da Ordem «não teve acesso a uma correcta avaliação da situação». «Com certeza foi mal informado», concluiu o reumatologista em declarações ao «Tempo Medicina», avisando que a SPR prepara uma «tomada de posição pública» acerca do caso, com vista a «esclarecer e repor a verdade» sobre aquilo que realmente defende.

Despacho polémico  
Recorde-se que em causa está a redacção do despacho da tutela, publicado no Diário da República

## Reumatologistas descontentes com declarações de bastonário

### Pedro Nunes defende prescrição alargada de biológicos

Os reumatologistas estão surpreendidos com as recentes declarações do bastonário da Ordem dos Médicos sobre a dispensa de medicamentos biológicos. Para Pedro Nunes, a prescrição «não pode ser privilégio de um médico ou especialidade», o que apenas beneficiaria «os interesses económicos de alguns médicos»

Foi com «surpresa, descontentamento e algum desgosto» que a Sociedade Portuguesa de Reumatologia (SPR) acolheu as afirmações do bastonário da Ordem dos Médicos a propósito da prescrição dos medicamentos biológicos a doentes reumáticos crónicos. Em reacção às críticas dos reumatologistas, que discordam de que qualquer especialista possa prescrever aquelas terapêuticas (ver «TM» de 29/10), Pedro Nunes defendeu, na TSF, que «a receita de qualquer medicamento não pode ser privilégio de um médico ou especialidade». «Não concordo e não concorda a Ordem dos Médicos com tal postura», afirmou o bastonário, no passado dia 29 de Outubro, na rubrica «Na ordem do dia», que vai para o ar de segunda a sexta-feira naquela estação de rádio.

Para o dirigente, o acto de prescrever deve «estar unicamente condicionado pela necessidade de cada doente concreto», já que defender o contrário «poderia ser simples e até benéfico para os interesses económicos de alguns médicos». «É que isto da Medicina e dos medicamentos não é meramente uma parte do jogo económico global», alegou ainda, argumentando que «na saúde e na doença está em causa uma multiplicidade de valores em que a economia, se bem que importante, ocupa apenas uma pequeníssima parte». «Medidas cosméticas e inúteis»

Pedro Nunes considerou «lícito» que o Estado tome «um conjunto de medidas de prudência», nomeadamente a produção de «regulamentação adequada», mas recusou liminarmente «a tomada de medidas cosméticas e inúteis nas suas consequências e meramente cerceadoras de direitos e condicionadoras de mercados». Com efeito, para o bastonário, seria inaceitável que «se impedissem alguns médicos, por exemplo especialistas de Medicina Interna, Medicina Geral e Familiar ou Dermatologia, de receitar qualquer fármaco a um qualquer doente que dele efectivamente necessitar». Seria, «em contrapartida, seguramente um erro e uma injustiça para os doentes que vissem coarctado o seu direito de ser tratados pelo médico em quem confiassem ou a cujo acesso tivessem maior facilidade», sustentou.

Desagrado com as afirmações, o presidente da SPR, Augusto Faustino, acredita que o representante máximo da Ordem «não teve acesso a uma correcta avaliação da situação». «Com certeza foi mal informado», concluiu o reumatologista em declarações ao «Tempo Medicina», avisando que a SPR prepara uma «tomada de posição pública» acerca do caso, com vista a «esclarecer e repor a verdade» sobre aquilo que realmente defende.

#### Despacho polémico

Recorde-se que em causa está a redacção do despacho da tutela, publicado no Diário da República no passado dia 25 de Outubro, e que assegura o total acesso ao fármaco Enbrel® (etanercept) aos doentes com artrite reumatóide, espondilite anquilosante, artrite psoriática, artrite juvenil poliarticular e psoríase em placas.

Apesar de agradados com a novidade introduzida pelo documento, os reumatologistas têm demonstrado alguma inquietação em relação à redacção do despacho, sobretudo no ponto em que se lê que «a especificidade dos tratamentos disponíveis e o risco dos próprios medicamentos impõem que a sua administração deva ser iniciada e controlada por médicos com experiência no diagnóstico». Segundo os especialistas ouvidos na altura pelo «TM», em que se incluem o próprio presidente do Colégio da Especialidade de Reumatologia (que aceitou prestar declarações em nome pessoal), o texto legislativo «deveria ser bastante mais restritivo quanto à capacidade de prescrição deste fármaco».

Andreia Vieira

...CAIXA...

#### SPR manifesta inquietações em carta enviada à tutela

Preocupada com a abrangência do despacho, a direcção da SPR enviou ao secretário de Estado da Saúde, Francisco Ramos, uma missiva, a que o «TM» teve acesso, em que expõe os seus receios. A carta, com data de 22 de Outubro e assinada por Augusto Faustino, dá conta da «perplexidade e preocupação» dos reumatologistas, em relação à «forma como se regula» a prescrição. «Perplexidade, porque após anos de sucessivas reuniões no Infarmed, em que tudo nos foi exigido (linhas de orientação restritivas para início de terapêutica com estes fármacos, folha de registo de doente em tratamento com biológicos, protocolo de monitorização da utilização de biológicos), somos confrontados com uma redacção do despacho que nada regula neste sentido», lê-se no documento. Por outro lado, os especialistas consideram a redacção do diploma «lata e vaga, e sem qualquer enquadramento normativo». Referindo o registo dos doentes a quem são ministrados estes fármacos, e que é feito em «todos os serviços

de Reumatologia do País», a SPR receia «a possibilidade» de prescrição «por quem não tenha a mesma preocupação».

Além desta missiva, outras formas de chamar a atenção para o problema foram ponderados pela SPR, nomeadamente uma carta aberta ao secretário de Estado da Saúde mas, segundo Augusto Faustino, para já a prioridade passa por esclarecer a polémica iniciada pelo bastonário, já que tal «é mais grave do que a própria redacção do documento».

TM 1.º CADERNO De 2007.11.05  
0712641C04107ABV44G